

## Artigos

Rosane Michelli de Castro<sup>1</sup>

Vandêi Pinto da Silva<sup>2</sup>

Cláudia Cristina de Farias dos Santos de Moura<sup>3</sup>

### *O que é Jardim da Infância: aspectos para uma pauta de discussões sobre defesas em conflito na história da Educação Infantil brasileira (1960)*

Resumo: Apresentamos, neste artigo, aspectos do manual de ensino *O que é Jardim da Infância*, para uma pauta de discussões sobre defesas em conflito na história da Educação Infantil brasileira, na década de 1960. Tal artigo é decorrente das discussões originadas na disciplina de Didática, nas linhas de pesquisa sobre história da educação, centralmente, sobre aspectos históricos da Didática em manuais didáticos elaborados no âmbito das políticas públicas educacionais, como do manual mencionado, publicado no âmbito Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar - PABAAE – desenvolvido em Belo Horizonte-MG. O método de análise dos dados utilizado foi o de Análise de conteúdo, de Bardin (1977), o qual consiste em focar os diferentes aspectos constitutivos de seu sentido, como: o momento histórico e lugar social em que foi produzido *O que é Jardim da Infância*; público a que se destinava; objetivos e necessidades a que respondia, assim como, as contribuições para a formação de professores primários no Brasil, no momento histórico de publicação desse manual.

Palavras-chave: Educação. Educação Infantil. Defesas em conflitos. História da Educação Brasileira. Pauta de discussões.

### *What is the Kindergarten: aspects for a panel of discussions on defenses in conflict in the history of Brazilian Early Childhood Education (1960)*

Abstract: In this article, we present aspects of the teaching manual *What is the Kindergarten* to a panel of discussions on defenses in conflict in the history of Brazilian Early Childhood Education in the 1960s. This article is due to the discussions originated in the didactic discipline, in the lines of research on the history of education, centrally, on historical aspects of Didactics in didactic manuals elaborated in the scope of public educational policies, as in the mentioned manual, published in the Brazilian-American Assistance Program for Elementary Education - PABAAE - developed in Belo Horizonte-MG. The method of data analysis used was that of Content Analysis, by Bardin (1977), which consists in focusing on the different constitutive aspects of its meaning, such as: the historical moment and social place in which it was produced. Childhood; Intended audience; Objectives and needs, as well as contributions to the training of primary teachers in Brazil, at the historical moment of publication of this manual.

Keywords: Education. Childhood Education. Defenses in conflicts. History of Brazilian Early Childhood Education. Discussion board.

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Marília-SP. Professora do Departamento de Didática e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE – Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Marília-SP. E-mail: [rosanemichelli@marilia.unesp.br](mailto:rosanemichelli@marilia.unesp.br)

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Marília-SP. Professor do Departamento de Didática e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE – Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Marília-SP. E-mail: [vandeips@marilia.unesp.br](mailto:vandeips@marilia.unesp.br)

<sup>3</sup> Pedagoga pela Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Marília-SP. E-mail: [claudiacristina.pedago@gmail.com](mailto:claudiacristina.pedago@gmail.com)

## Introdução

**E**m nossas atividades de docência, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas em uma universidade pública brasileira do estado de São Paulo, centralmente nos cursos de graduação em Pedagogia e Licenciatura em Filosofia, e, em nível de pós-graduação, nas disciplinas por nós coordenadas junto à Programas de Pós-Graduação em Educação, temos centrado nossas discussões e decorrentes produções sobre a formação e o trabalho do professor, sempre em busca de conceituar e de situar a educação e o ensino, enfatizando sua função política e sua especificidade e, portanto, a necessidade de uma postura crítica, frente às políticas públicas educacionais e aos ordenamentos e processos didático-pedagógicos que delas decorrem.

Essas discussões são fomentadas no âmbito dos grupos de pesquisa da nossa instituição, sobretudo nos grupos por nós coordenados, intitulados “GP FORME – Formação do Educador” e “HiDEA-Brasil – História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil”<sup>3</sup>. Nesse sentido, todos os pesquisadores e pesquisadoras e o (a)s estudantes que integram tais grupos de pesquisa têm pautado seus estudos e suas investigações em referenciais da História e da Filosofia da Educação que buscam nas relações educação e trabalho em nossa sociedade capitalista, uma compreensão do papel e da responsabilidade dos educadores e pesquisadores da educação, frente às necessidades da promoção de uma educação capaz de proporcionar o desenvolvimento das pessoas, ou seja, frente às necessidades humanas, desde a mais tenra idade, em busca de transformações sociais.

As provocações decorrentes das discussões originadas na disciplina de Didática, nas linhas de pesquisa sobre história da educação, centralmente, sobre aspectos históricos da Didática em manuais didáticos elaborados no âmbito das políticas públicas educacionais, foram amadurecendo a ideia da elaboração de um projeto de pesquisa levado à cabo por uma das integrantes dos grupos de pesquisa mencionados, centrado na análise de um manual de ensino intitulado *O que é Jardim da Infância*, do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar - PABAE - desenvolvido em Belo Horizonte-MG.

Assim, foi realizada a pesquisa, cujo *corpus* foi o manual de ensino, mencionado, *O que é Jardim da Infância*, escrito pela autora, Nazira Féres Abi-Saber. Dentre os resultados dessa pesquisa, apresentamos, neste artigo, aspectos desse manual para uma pauta de discussões sobre defesas em conflito na história da Educação Infantil brasileira, na década de 1960.

Pesquisas acadêmico-científicas foram realizadas sobre ou tangenciando o PABAE e os seus manuais, a exemplo de Varotto-Machado (2015), em sua tese de doutorado intitulada “*A educação das crianças menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Saber, Celina Airlie Nina e*

---

<sup>3</sup>Grupos de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC-UNESP/Marília, cadastrados junto ao Diretório de Grupos do CNPq. “GP FORME – Formação do Educador” coordenado por Vandêi Pinto da Silva e José Carlos Miguel; (HiDEA Brasil – História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil” coordenado por Rosane Michelli de Castro e Maria Izaura Cação.

*Odilon de Andrade Filho: uma análise de suas ideias pedagógicas (1934-1971)*". Nesse sentido, não foi a nossa intenção o ineditismo das discussões sobre esse assunto, mas buscar apropriações de aspectos sobre as discussões sobre o PABAAE em *O que é Jardim da Infância* para compreender, criticamente, aspectos da e sobre Didática na Educação Infantil brasileira no período em que tal manual foi publicado e circulou como parte de uma política pública para a Educação Infantil.

*O que é Jardim da Infância* destinava-se à formação de professores da cidade de Belo Horizonte/MG, na década de 1960, professores que atuavam e atuavam nas escolas do que, atualmente, denominamos de Educação Infantil, mas que à época em que foi publicado e circulou, eram denominadas escolas de Jardim da Infância.

Segundo pesquisadores da História da Educação, os manuais de ensino ou pedagógicos<sup>4</sup> constituem-se em importantes fontes para a história das disciplinas escolares, pois apresentam além de prescrições, saberes e práticas tidas como necessárias aos professores em formação. Para Silva (2003, p. 36) “[...] os manuais pedagógicos fazem parte das leituras promovidas pela escola, pois são escritos que ordenam o conjunto de saberes a serem transmitidos aos normalistas [...]” Nesse mesmo sentido, Carvalho (2006, p. 1) afirma que à medida que esses impressos vão circulando e ganhando espaço nos cursos de formação de professores vão organizando e demonstrando quais saberes se sobrepõem e se “[...] propõe necessários à prática docente.” (CARVALHO, 2006, p. 1).

De acordo com Reis (2015), no âmbito do quadro teórico-metodológico, formulações sobre manuais se articulam com bases da teoria de Chervel (1990), para quem os impressos podem ser lidos como veiculadores, disseminadores e legitimadores das chamadas “finalidades de objetivo”, os quais presidem a constituição dos processos da instituição educativa, dentre eles, a constituição das disciplinas escolares.

Para o desenvolvimento da pesquisa o método de análise dos dados utilizado foi o de Análise de conteúdo, de Bardin (1977). Esse método consiste em focar os diferentes aspectos constitutivos de seu sentido, como: o momento histórico e lugar social em que foi produzido *O que é Jardim da Infância*; público a que se destinava; objetivos e necessidades a que respondia, assim como, as contribuições para a formação de professores primários no Brasil, no momento histórico de publicação desse manual.

Pelos limites formais-estruturais de um artigo, ora apresentamos resultados referentes aos trabalhos de identificação dos aspectos da criação e circulação do manual em questão, à luz do contexto histórico brasileiro, as concepções de criança e de professor do Jardim da Infância, bem como das condições materiais e estrutura física para as escolas de Jardim da Infância. Ao final, apresentamos algumas considerações finais.

---

<sup>4</sup> Utilizamos o termo Manual de ensino/manual pedagógico segundo Silva (2004), a qual se refere a escritos utilizados por professores e alunos nos cursos de formação para professores e que ordenam o conjunto de saberes pedagógicos a serem aprendidos e transmitidos aos alunos.

O manual *O que é Jardim da Infância*, do PABAAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar: aspectos de sua criação e circulação à luz do contexto histórico brasileiro

De acordo com Correa (1988), em 22 de junho do ano de 1956, sendo o Presidente da República Juscelino Kubitschek, ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado e Governador do Estado de Minas Gerais José Francisco Bias Forte, foi assinado o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos com a proposta de estabelecer um programa de assistência ao Ensino Primário, que se popularizou com a sigla PABAAE, mencionada acima. Desse programa decorreram os manuais que se queria orientadores do ensino, dentre os quais *O que é Jardim da Infância*, no formato de livro.

Entre as educadoras e pesquisadoras chamadas a elaborar tais manuais, esteve NaziraFéres Abi-Sáber, autora de *O que é Jardim da Infância*. Segundo Varotto-Machado (2015, p. 137),

NaziraFéres Abi-Sáber é uma educadora pouco estudada, mas de grande importância para a educação pré-primária brasileira. Sua atuação profissional se deu no campo da educação pré-escolar, atuando principalmente como educadora do ensino pré-primário no Estado de Minas Gerais; sendo membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais; membro da Organização Mundial do Ensino Primário (OMEP); Técnica de Didática de Educação Pré-Primária do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE); e Orientadora Geral das Classes Pré-primárias do Estado de Minas Gerais. Além desses títulos, a autora fez o Curso de Educação Elementar da Universidade de Indiana – EUA.

Observa-se, portanto, que a autora de *O que é Jardim da Infância*, ocupou postos importantes na educação pública, sobretudo com trajetória como professora do, então, ensino pré-primário.

Em seu manual, Abi-Sáber (1963) define o PABAAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar como programa do Governo Federal, do Governo de Minas Gerais e do Governo dos Estados Unidos da América, administrado e financiado a partir de acordos com os convênios do *Ponto IV de 1953 e 1956*. O *Ponto IV de 1953 e 1956* era referente a um Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. No Brasil, foi estabelecido por meio da assinatura de acordos com o governo norte-americano o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950, e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953. Na área de educação, o *Ponto IV de 1953 e 1956* dedicou-se à formação de professores que viessem por sua vez a formar profissionais para a indústria. Explicitamente, os objetivos do PABAAE eram aperfeiçoar as técnicas dos professores brasileiros da Escola Normal, produzir ou aperfeiçoar os materiais didáticos para os treinamentos, distribuí-los e, ainda, selecionar os melhores professores para cursos de Educação Elementar nos Estados Unidos, em função de exigências econômicas e de acordos político-econômicos entre Brasil e Estados Unidos.

Segundo Romanelli (2012), as demandas da sociedade industrial impunham uma nova visão sobre a educação, pois buscavam o fim do analfabetismo e, em consequência, a atuação do Estado como responsável pela alfabetização e preparação da mão de obra para a sociedade.

Desde a segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. De fato, esse

século se caracterizou, quanto à educação, pela acentuada tendência do Estado de agir como educador. (ROMANELLI, 2012, p. 62).

Observa-se, portanto, que o PABAEÉ respondia ao projeto de sociedade dominante do período em que foi estabelecido. Mas, segundo Silva (2009), no Brasil, nos anos de 1960, mesmo tendo sido considerado como plano de “educação para todos”, havia distinções da oferta em educação, dependendo do público para o qual seria ofertada, ou seja, a erudição para privilegiados socioeconomicamente, e à massa trabalhadora assalariada, a educação/instrução elementar, capaz de introduzi-los indústria e comércio emergentes.

Nesse sentido, é possível afirmarmos que o PABAEÉ e todos os educadores que contribuíam para a sua implantação concorriam para uma ideia de “educação para todos” excludente, ou seja, para uma falsa ideia de “educação para todos”, apesar de, muitas vezes, não se afirmarem e ou não se reconhecerem como tal.

Em conflito com tal tendência, Buffa e Nosella (1991) afirmam que, a década de 1950 e início dos anos 1960, foi um momento em que surgem alguns movimentos sócio educacionais que teriam exercido atividades político-educativas e tinham como finalidade organizar grandes massas populares, elaborar um discurso mais ideológico e propor questionamentos sobre as estruturas sociais existentes e seus projetos de sociedade.

Buffa e Nosella (1991) afirmam que, nas décadas de 1950 e 1960, com o empenho do governo de Juscelino Kubitschek, a industrialização brasileira se consolidava e se expandia. Nesse contexto, a precarização do ensino brasileiro necessitava de uma intervenção em sua estrutura. Tal contexto, então, tornou-se favorecedor do estabelecimento do acordo PABAEÉ entre Brasil e Estados Unidos, para uma reforma do, então, Ensino Elementar, em que os americanos exerciam o papel de conselheiros e os brasileiros de executores das tarefas propostas.

As defesas que naturalizaram o estabelecimento de tal acordo defendiam a ideia de que:

O Brasil est[ava] sentindo a necessidade de elevar o nível de educação. Considera[va]-se dentro da indústria que um trabalhador educado [seria] mais facilmente treinado que um trabalhador não educado. A necessidade premente da educação em geral elementar e secundária [era] a base de toda a assistência técnica que os Estados Unidos po[deriam] vir a oferecer para o desenvolvimento do nível industrial de treinamento, bem como de todos os demais programas do Ponto IV no Brasil. (PAIVA; PAIXÃO, 2002, p. 67).

De acordo com Paiva e Paixão (2002), a implantação do PABAEÉ aconteceu em todo o Brasil e tinha como justificativas propor as melhorias da qualificação do corpo docente do, então, Ensino Primário. Nesse contexto, as escolas normais foram identificadas como *locus* privilegiado de implantação de ações para a então melhoria do Ensino Primário.

Considerando essa estratégia, o Instituto de Educação de Minas Gerais foi eleito como a instituição-chave para a avaliação das novas propostas pedagógicas. Nesse sentido, o PABAEÉ formava professores brasileiros no Brasil e nos Estados Unidos e foi responsável pelas publicações de textos, artigos, manuais entre outros, para auxiliarem na formação de novos professores das escolas normais e dos professores que já estavam em exercício nas escolas primárias.

Segundo Paiva e Paixão (2002), com a implantação do PABAEÉ projetava-se que os professores brasileiros envolvidos nas formações atuassem como tradutores das inovações às condições

locais. Dessa maneira se estabelecia uma divisão dos trabalhos em que os americanos detinham o conhecimento técnico que o país precisava utilizar, mas apenas os brasileiros podiam tornar viável a aplicação desse conhecimento.

A implantação do PABAAE esteve, portanto, atrelada a uma ideia de educação/instrução voltada à formação de pessoas e profissionais, sobretudo da educação, destituídos da sua dimensão intelectual. Como afirma Silva (2009, p. 6925):

A escola para as massas foi pensada para adaptar os trabalhadores às novas exigências profissionais decorrentes do ingresso do país na indústria e no comércio. Não se tratava de vincular prática e teoria, de modo a assegurar a formação integral do homem. Distanciava-se muito da perspectiva marxista, segundo a qual a transformação da natureza com o trabalho se faz com a cabeça e com as mãos. Nessa perspectiva a importância atribuída à união entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática e entre trabalho e educação reside na busca da formação omnilateral do ser humano.

A estratégia previa uma articulação entre norte-americanos e brasileiros nesse processo; afirmavam, supostamente, que os brasileiros seriam qualificados e, gradativamente, assumiriam o controle total do programa, o que tornaria a presença dos estrangeiros desnecessária. A ideia era a de que, em 1964, essa meta fosse alcançada.

De início o contrato com prazo determinado tinha a data de 30 de junho de 1961 para seu encerramento, porém, o contrato foi prorrogado e o acordo se encerrou em 01 de agosto de 1964.

O INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão vinculado ao MEC – Ministério da Educação e Cultura, ficou responsável pela criação da Portaria e execução do programa no Brasil.

Segundo SAVIANI (1984), o INEP constituía-se em um centro agregador e estimulador de experiências de renovação pedagógica.

Em torno de Anísio Teixeira, diretor do INEP, constitui-se uma “rede de educadores e cientistas sociais”, buscando viabilizar, institucionalmente, sua proposta de produzir “o levantamento sistemático das questões que pretendia atacar em termos políticos e administrativos no campo educacional.” (CORRÊA, 1988, p. 14,19).

De acordo com Paiva e Paixão (2002), o PABAAE foi contratado em 1956, em um momento em que o sentimento nacionalista se expandia no Brasil. O programa chega ao Brasil com uma proposta radicalmente oposta ao que o Ministério da Educação praticava.

O contexto educacional brasileiro se estabelecia, no mínimo, em dois eixos distintos: de um lado, sob as defesas pela implantação do PABAAE, evidenciando o tecnicismo do, então, Ensino Primário, acreditando e justificando-se que o sucesso da escola primária no Brasil precisava era de uma boa didática (técnica) e materiais pertinentes; do outro lado, em conflito com essas últimas defesas, estavam as dos educadores ligados ao INEP, que era comandado por Anísio Teixeira, as quais buscavam fazer uma crítica contundente, à luz das questões sociais e das determinações culturais e políticas, de fenômenos como o tardio ingresso das crianças na escola, o baixo rendimento e dos altos índices de evasão e repetência escolar das crianças, em favor da melhoria da qualidade do material de ensino e da qualidade dos professores desse nível, pois, em 1956, segundo os resultados de pesquisa do INEP, eram 50 mil professores leigos e 70 mil diplomados. A propósito, Paiva e Paixão (2002) afirmam que, no Brasil, o padrão de ensino das Escolas Normais era considerado ruim; o currículo era rígido e organizado de acordo com uma orientação clássica

que privilegiava a memorização dos conteúdos. O nível de evasão era altíssimo, havendo o distanciamento na relação professor-aluno, baixos salários e falta de equipamentos adequados, e o fracasso escolar era atribuído à desqualificação e pouca ou nenhuma formação dos professores.

Perante essa situação, o acordo de investimento na formação dos professores foi tomado como a estratégia mais adequada para o avanço dos índices do Ensino Primário.

Segundo o Documento do CRPE [Centro Regional de Pesquisa Educacional] do Recife, o PABAEE oferece[ria], em um ano, dois cursos nos recessos dos períodos letivos. Participa[ria] do curso professores da escola primária com experiência de no mínimo 3 anos como regente, Orientador-Técnico de Ensino ou professor de Escola Normal. Solicitava-se a aprovação do Secretário de Educação do Estado de origem, documento do Secretário de Educação ou outra autoridade responsável, como garantia de que o candidato, após a conclusão de sua formação pelo Programa, continuaria exercendo ou passaria a exercer o cargo de orientação de professores, como professor de Escola Normal, orientador técnico ou em outras atividades de orientação de professores primários. (ABREU; EITERER, 2008, p. 4).

De acordo com Paiva e Paixão (2002), tratava-se de um programa que visava a qualificação do professor primário. Dois eixos norteavam a assistência ao professor primário: o treinamento de professores de escolas normais e a produção de materiais didáticos para apoio ao ensino em escolas primárias e normais de todo o país. Como estratégia seria montado um centro-piloto em Belo Horizonte.

Porém, havia a pretensão de expandir o acordo para além de Minas-Gerais e de criar grandes centros de treinamento para professores que estavam inscritos no Programa de Emergência do MEC e do Plano Nacional de Educação de 1962.

“O Plano Trienal ratificou tal política: previa a criação de 40 centros para professores e supervisores que dariam assistência a professores leigos e regentes do ensino.” (PAIVA; PAIXÃO, 2002, p.111)

Para Paiva e Paixão (2002), a orientação tecnicista do PABAEE se consolidou a ponto de se tornar hegemônica, devido à perda de dinamismo da orientação oponente, antes mesmo do golpe militar de 1964.

De acordo com Abi-Sáber (1963), muitos autores publicaram sobre a desvalorização do Ensino Primário na década de 1950. Segunda a autora, nesse período, nenhuma importância era dada à Educação, então, Pré-Escolar. A ideia de Jardim da Infância que as autoridades e familiares das crianças tinham, era de “depósito”, ou seja, apenas um local para elas serem cuidadas enquanto os pais trabalhavam, não havendo uma preocupação com o desenvolvimento social e pedagógico infantil.

Diziam, entre outras coisas, que os institutos de educação pré-primária não passavam de locais onde se “depositavam” os meninos, enquanto as mães iam trabalhar e as professoras nada mais eram que boas “amas-secas”, cuja única função consistia em vigiar as crianças enquanto estas brincavam. (ABI-SÁBER, 1963, p. 9).

Para Abi-Sáber (1963), a situação pouco mudou durante a década de 1960. Os Jardins da Infância ainda não tinham a devida valorização das autoridades educacionais e nem havia despertado na sociedade a consciência da necessidade e do valor da educação pré-primária. Para a sociedade, o Jardim da Infância era uma escola de luxo, inadequada para a realidade do Brasil, que não estava preparado para atender às necessidades da escola primária. Porém, para outros, o Jardim da Infância era apenas um local de brincadeiras e passatempos. Nesse sentido, o Jardim da Infância era muito criticado por vários autores

da época. Abi-Sáber (1963) afirma que foi, também, nesse contexto que se configurou o que ficou conhecido como fracasso escolar da década de 1960.

Outros fatores, segundo Abi-Sáber (1963), também contribuíam para tal fracasso, como os altos índices de reprovação dos alunos da primeira série na escola, atual primeiro ano do Ensino Fundamental Ciclo I. Na década de 1960, esse era o primeiro ano de muitas crianças na escola, e elas chegavam a ficar até seis anos cursando a primeira série. Conseqüentemente, havia pouca liberação de vagas para novos alunos. Isso gerava mais um problema, pois as salas de primeira série eram lotadas, enquanto as outras séries quase não tinham alunos. Havia escola que chegava a ter vinte turmas de primeira série e três ou quatro de quarta série.

Em meio a essa realidade, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAE foi implementado em Belo Horizonte/ MG, com o objetivo de cessar as problemáticas do Ensino Primário. De acordo com Paiva e Paixão (2002), a necessidade de firmar esse acordo surgiu com esse objetivo, pois esse nível de ensino apresentava altos índices de evasão e repetência, elevado número de professores leigos e utilização de material didático que não contribuía para o processo de escolarização. O "fracasso" da escola primária brasileira foi atribuído à baixa qualificação do corpo docente. Nesse sentido, a estratégia para a melhoria dos índices de escolarização primária era o investimento na formação do professor primário.

Na compreensão de Abi-Sáber (1963), problemas semelhantes a esses haviam sido enfrentados pelos Estados Unidos, entre as décadas de 1920 e 1930. A experiência dos norte-americanos apontava que os alunos que frequentavam o Jardim da Infância chegavam ao primeiro ano amadurecidos e preparados para as responsabilidades que a primeira série exigia.

No Brasil, a ideia disseminada era a da necessária extinção dos professores leigos nas escolas, pois até o momento não existia nenhum programa de formação de professores, com exceção do ministrado pelo Secretário da Educação, apesar de não ser frequente. Para Abi-Sáber, ao encontro das afirmativas de Paiva e Paixão (2002), a responsabilidade desse fracasso atribuída ao despreparo dos professores, estaria relacionada à sua formação insatisfatória para que fossem preparados para estabelecerem uma boa relação com os alunos e, também, à falta de um ambiente equipado e adequado para crianças pequenas.

Para Abi-Sáber (1963), no início da década de 1950, o Brasil possuía 753 Jardins da Infância, com 1.446 professores e 40.793 alunos, o que evidencia que havia um aluno matriculado para cada 1.103 habitantes do país. Em Belo Horizonte, a autora afirmou que, mesmo com o acelerado aumento da população entre os anos de 1950 e 1960, na década de 1960 tinham menos alunos matriculados nos Jardins da Infância do que na década de 1950.

Tal situação [era] ainda mais penosa quando a confrontamos com o sério problema das reprovações do primeiro ano primário, cujas cifras [iam] ao astronômico índice de 50 a 60 por cento. Também não [era] muito melhor a situação nas demais séries do curso elementar, onde continua[va] o mesmo problema de repetência e, o que [era] muito sério, a evasão das crianças antes do término do curso. Não [era] um segredo de Polichinelo a relação entre o sucesso da criança na escola, seu preparo para a aprendizagem através do enriquecimento de suas experiências e a educação que ela recebe no Jardim da Infância. (ABI-SÁBER, 1963, p.10).

De acordo com Abi-Sáber (1963), a situação alarmante daquele momento em Minas em Gerais assemelhava-se à dos Estados Unidos nas décadas dos anos de 1920 a 1930.

Ainda, como situação agravante para se pensar o fracasso do ensino nos Jardins da Infância e no Curso Primário, Abi-Sáber (1963) aponta que, no Brasil, os índices também indicavam elevadíssimas reprovações nos exames de admissão, da época, aos cursos ginasiais e técnicos. A propósito, Abi-Sáber (1963)

Ficamos a nos indagar do destino das crianças que se iniciaram nas classes elementares e a pensar nos motivos que as levaram a desistir dos estudos. Por outro lado, os índices elevadíssimos de reprovações nos exames de admissão aos cursos ginasiais e técnicos deixam-nos perplexos e mesmo descrentes do trabalho exaustivo que as crianças realizam no curso primário. (ABI-SÁBER, 1963. p.11).

Nesse contexto educacional brasileiro da década de 1960 e, supostamente, também à luz dessas preocupações com o Ensino Primário e com as Escolas Normais, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 4.024/61, de maneira a garantir o funcionamento, estrutura dessas escolas, a formação e remuneração de seus professores e, também, de regulamentar aspectos da, então, escolas maternas e pré-primárias.

E, também, nesse contexto, foi publicado *O que é Jardim da Infância* (1963), do PABAAE, um manual prescritivo, decorrente de um acordo econômico.

A criança, o professor e os objetivos do Jardim da Infância, segundo *O que é Jardim da Infância* (1963), do PABAAE

De acordo com Abi-Sáber (1963), no manual *O que é Jardim da Infância* (1963), frequentando o Jardim de Infância, a criança deveria ter a oportunidade de observar, ouvir atentamente, trabalhar em grupo, fazer planejamentos, respeitar as regras da escola, expressar-se livremente, manifestar independência, reconhecer e resolver seus próprios problemas. Por meio dessas experiências, a autora afirma que as crianças teriam mais oportunidades de aprendizagem e estariam preparadas para enfrentar a primeira série daquela época. Segundo a autora, esses deveriam ser os objetivos do, então, “moderno” Jardim da Infância (ABI-SÁBER, 1963, p.30). Abi-Sáber (1963) afirma que a experiência dos norte-americanos com o PABAAE apontava que o aluno que frequentava o Jardim da Infância chegava ao primeiro ano preparado para as responsabilidades da primeira série. Segundo Abi-Sáber (1963, p.12), resultados de pesquisas feitas no Brasil comprovavam esse fato.

Por meio de gráficos, Abi-Sáber (1963), no manual *O que é Jardim da Infância* (1963), apresenta resultados gerais de 1.086 casos, dos quais uma porcentagem de 80.32% de crianças promovidas com a experiência do Jardim da Infância, enquanto a porcentagem de crianças aprovadas sem passar pelo Jardim da Infância era de 57,89%. Esses eram resultados do Distrito Federal, pois no Rio de Janeiro as aprovações de crianças provenientes de Jardins da Infância ultrapassavam, segundo a autora, o dobro daquelas sem a experiência.

Mas, a autora adverte que não se estava a dizer de todas as escolas ditas Jardins da infância, pois, segundo afirma:

[...] Infelizmente, prolifera[va]m entre nós inúmeras instituições que não atend[iam], absolutamente, aos imperativos da educação pré-escolar e até ignora[va]m a existência da criança como uma pessoa humana, credora de todo respeito e amor. Sab[ia-se] de criança que passam dois ou três anos na escola pré-primária completamente ignoradas das professoras e sem nenhuma oportunidade de se estabilizar e ajustar o intelectual e emocionalmente. Casos como este [era] que se [depunham] contra o conceito do Jardim da Infância. (ABI-SÁBER, 1963, p.15).

Abi-Sáber (1963) afirma que, “no Jardim a criança não [deveria ir] para aprender, para adquirir conhecimentos acadêmicos, mas, ao contrário, para se desenvolver, adquirir experiências, amadurecer, viver e conviver com seus semelhantes.” (ABI-SÁBER, 1963, p.16). Mas, infelizmente, Abi-Sáber (1963) enfatiza que o que ocorria era que se ofereciam atividades para além das capacidades das crianças, exigia-se da criança a leitura, a escrita e conceitos matemáticos. E, então, não reconhecendo “resultados positivos” e nem percebendo os avanços das crianças, passavam a considerá-la inútil.

Foi nesse sentido que Abi-Sáber julgava importante a disseminação do PABAE, como um manual com normas e princípios norteadores de uma educação pré-escolar proveitosa e de qualidade. Em “*Objetivos do Jardim da Infância*”, a autora afirma que “a educação pré-escolar deve se basear nas necessidades e interesses das crianças que, embora muito novas ainda, são ávidas de explorar, experimentar e perguntar; aprendem depressa e estão sempre desejando exibir suas habilidades.” (ABI-SÁBER, 1963, p. 17). Abi-Sáber (1963) afirma que, para se alcançar esses objetivos, dever-se-ia tomar alguns cuidados básicos: o professor deve de início conhecer cada um dos seus alunos, identificando suas necessidades e buscar satisfazê-las. Ainda, afirma que “os pais, se deixa[vam-se] levar pela ilusão de que os seus filhos precisam aprender qualquer coisa no Jardim: fazer umas cópias, ler um pouco, resolver continhas [...] para que não cheg[assem] muito atrasadas na escola primária.” (ABI-SÁBER, 1963, p.16).

É lamentável que os verdadeiros objetivos do Jardim da Infância não sejam ainda do domínio público. Mais lamentável, porém, é verificar que as nossas autoridades educacionais não alcançaram ainda esta verdade tão simples: começar mais cedo e melhor a educação da criança resulta em economia de tempo, energia e dinheiro, além de prevenir desajustes e distúrbios de ordem afetivo-emocional. (ABI-SÁBER, 1963, p.16).

E, então, que no manual *O que é Jardim da Infância*, foram divulgados “Objetivos do Moderno Jardim da Infância”, os quais seguem na íntegra, apresentando, as necessidades principais de uma criança de Jardim, ao encontro das defesas de Nazira Abi-Sáber:

- Segurança, afeto e aceitação pelos companheiros, de modo que se julgue apreciada não apenas como indivíduo, mas, também como membro do grupo;
- Ser reconhecida como indivíduo que tem interesses, habilidades e recursos pessoais;
- Ter experiência de grupo. Na idade pré-escolar ela está passando do mundo egocêntrico para um mundo de trabalho em cooperação e de projetos de grupo;
- Muitas oportunidades de partilhar suas experiências e seus pertences, aprender a respeitar os direitos e opiniões de seus semelhantes e desenvolver o interesse pelo bem estar dos seus companheiros;
- Meios de satisfazer sua curiosidade, recebendo as informações que pedir e que for capaz de atender;
- Uma grande variedade de experiências com diferentes espécies de materiais;
- Oportunidade de pensar por si mesma;

- Oportunidades variadas de expressão espontânea, livre, fácil e clara (através da linguagem, da pintura, do desenho, atividades manuais, música, canto, movimentos rítmicos, dança, etc.);
  - Ensejo de avaliar seu próprio trabalho e de aceitar sugestões e críticas que o melhorem;
  - Oportunidades de aceitar responsabilidades e conquistar independência. Como se vê, cabe aos responsáveis pelo Jardim conhecer a capacidade de cada criança, seus desejos e interesses, e, baseados nisso, organizar um programa que satisfaça as reais exigências infantis, dando aos alunos a possibilidade de adquirir as habilidades, os hábitos e principalmente, as atitudes indispensáveis a um completo e harmonioso ajustamento emocional e social.
- Para finalizar, o manual resume tudo o que já foi apresentado sobre os objetivos do Jardim da Infância, apresentando três deveres fundamentais aos professor de Jardim da Infância. (ABI-SÁBER, 1963. p.18-19 ).

Para atingir tais objetivos, o manual apresenta aspectos da estrutura física e material necessários, à época, para o sucesso do trabalho aplicado às crianças de Jardim da Infância, principalmente, das condições do local, planejamento da construção do prédio e utilização correta dos equipamentos e materiais. À propósito, Abi-Sáber (1963) afirma que, devido a pouca idade das crianças de Jardim da Infância, o ambiente necessita de condições especiais para seu desenvolvimento. Esse ambiente deve ser agradável, sadio, espaçoso e repousante. Anuncia normas que seriam necessárias para ofertar às crianças pequenas conforto e condições de desenvolvimento de potencialidades físicas, mentais, sociais e emocionais.

De acordo com Abi-Sáber (1963), o manual apresenta instalações ideais, as quais, talvez, fossem aceitas a partir do momento em que a sociedade se conscientizasse que a Educação Pré-Primária era a base da estrutura educacional e a razão do sucesso da formação integral do indivíduo.

De acordo com o manual, é muito importante para o estudo de projeto de construção de um bom Jardim da Infância, a escolha de uma comissão com arquitetos, diretora e orientadora técnica da escola, professores e médicos. Os arquitetos, para opinar sobre a parte técnica da construção e planejamento, fazer os desenhos e outras tarefas afins. A diretora, orientadora técnica e professores, para opinar sobre a circulação dos alunos pela escola, saídas de emergências e localização e dimensões das dependências em geral. E os médicos para opinarem sobre as questões de saúde e higiene, condições de iluminação, ventilação, e localização do prédio em relação ao sol.

## Considerações finais

Neste artigo, procuramos evidenciar resultados de nossas reflexões que evidenciam, como mencionado, nossas buscas em situar a educação e o ensino, enfatizando sua função política e sua especificidade e, atrelando a essa questão, entre outros aspectos, a necessidade de uma postura crítica, frente às políticas públicas educacionais, os ordenamentos e os processos didático-pedagógicos que delas decorrem.

Nesse sentido, buscamos apresentar aspectos de um contexto histórico em que a educação e o ensino elementar, suas instituições e seus professores estavam em crise e, então, com finalidades e discursos distintos foi elaborado e implementado um programa, Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar, no âmbito do qual foi publicado um manual, prescritivo, e também com



defesas distintas sobre a educação e o ensino dos pequenos, denominado *O que é Jardim da Infância*, por uma educadora, Nazira Féres Abi-Sáber.

As defesas dessa educadora foram e são consideradas muito a frente do seu tempo, década de 1960, pois, ao encontro das assertivas de Craidy e Kaercher (2001), prezavam por um espaço físico e social como fundamental para o desenvolvimento das crianças. A autora do manual considerava o planejamento do trabalho pedagógico, principalmente nos trabalhos com as crianças pequenas, o que nos exige a pensar em educação, cuidado, segurança e desenvolvimento. Portanto, defendia que os trabalhos com as crianças necessitam do cuidado e da mediação do adulto para que possam aprender e se desenvolver. Nesse sentido, no ambiente escolar, o professor é figura essencial.

Assim, como Abi-Sáber (1963), podemos e devemos pensar a criança como ponto de partida, e parte mais importante das tomadas de decisões na escola, favorecendo a possibilidade de uma educação humanizada.

Segundo Abi-Sáber (1963), era preciso valorizar o ambiente físico onde as crianças passarão por tantas horas diárias, para atingir mais rápido os “objetivos do Jardim da Infância”, ou seja, o desenvolvimento harmonioso do físico e da mente infantil. Infelizmente a realidade é o contrário do proposto. A autora afirma que, naquele momento, infelizmente, era possível perceber o desinteresse frequente pelo aspecto material do Jardim da Infância. Portanto, advertia sobre a importância de um ambiente planejado com uma diversidade de materiais e de oportunidades para a criação espontânea e livre das crianças.

Mas, em conflito com essas ideias da autora, há no manual a afirmação de que, para a escolha do equipamento e do material era necessário seguir normas e critérios apresentados pelo PABAEE e os materiais deveriam estar de acordo com as condições orçamentárias da escola. E, então, que tal orçamento, com certeza seria regulado pelos financiadores maiores desse programa, os responsáveis pelo acordo, e não pelos professores, ainda que muito bem formados. Conforme o manual, quando as possibilidades fossem reduzidas, deveria ser possível adquirir o mínimo para substituir o material caro por recursos caseiros e feitos com pouco dinheiro.

Abi-Sáber (1963) afirma que o material deve sempre despertar interesse e estimular a imaginação da criança pequena. Para a autora, com bases em defesas pedagógicas consistentes, não eram os materiais caros e bem elaborados que tornam uma sala de aula atraente, mas sim a habilidade e o empenho da professora. Entretanto, tal argumento pedagógico fora apropriado para outras defesas, que não de interesse e para valorização dos Jardins da Infância para o desenvolvimento infantil, como defendia Nazira Abi-Sáber.

Passados mais de meio século, os desafios por uma escola de Educação Infantil de qualidade quanto aos seus espaços, materiais, professores, políticas de ingresso e permanência da criança desde a mais tenra idade, e ofertas didático-pedagógicas voltadas para o desenvolvimento integral da criança ainda permanecem, frente, muitas vezes, a um discurso e aos interesses econômicos que consideram essa escola como um lugar dispensável, de brincadeiras, passatempos e ou de “guarda” das crianças.

Nesse sentido, ainda que mediante a apresentação de alguns aspectos, acreditamos importante apresentar *O que é Jardim da Infância* (1963), um manual que surge em dado contexto histórico, porém em



meio a interesses e aspectos, os quais ainda hoje acreditamos serem necessários para se pensar uma pauta de discussões sobre a Educação Infantil brasileira, sobretudo, sobre as inserções e defesas dos educadores e pesquisadores à frente e no âmbito de políticas públicas educacionais.

## Fonte

ABI-SÁBER, NaziraFéres. *O que é Jardim da Infância*. Belo Horizonte, MG. 1963.

## Referências

ABREU, Claudia Bergerhoff Leite de; EITERER, Carmem Lucia. A Ênfase Metodológica na Formação de Professores no PABAE. **Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 93. 108, jan. / jun. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições. 70, 1977.

BUFFA, Ester.; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Coord.). **A formação do professor e a prática de ensino**. São Paulo: Pioneira, 1988.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 4., 2006, Goiânia. Anais eletrônicos... Goiânia: SBHE, 2006. CD-ROM

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORREA, Mariza. A revolução dos normalistas. **Cadernos de Pesquisas**. São Paulo: n.66, 1988.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis. E. (Org.). **Educação Infantil – Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

VAROTTO-MACHADO, Michele. **A Educação das Crianças Menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, NaziraFéres Abi-Sáber, Celina Airlie Nina e Odilon de Andrade Filho**: Uma análise de suas Ideias Pedagógicas (1934-1971). 303f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos-SP, 2015.



PAIVA, Edil Vasconcellos; PAIXÃO, Léa Pinheiro. **PABAEE (1956-1964): a americanização do ensino elementar?** Niterói: EdUFF, 2002.

REIS, Viviane Cássia Teixeira. **A história da Didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira – Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)**. 2015. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2012.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n.65, 1984.

SILVA, Vandêi Pinto da. Didática e o processo de ensino e aprendizagem: intencionalidade e autonomia. In: **X Congresso Estadual Paulista sobre formação de educadores**. Tema: Formação de professores e a prática docente: os dilemas contemporâneos, 2009. ISSN: 21757054. p. 6923-6929. Disponível em: <http://www.unesp.br/portal#!/prograd/e-livros-prograd/>. Consulta: 06/08/2017.

SILVA, Vivian Batista. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n. 6, p. 29-57, jul./dez. 2003.

Aprovado em: 13/08/2017  
Recebido em: 02/12/2017